

5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE ABRIL DE 2025

ATA NÚMERO SETENTA

10 Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e dezassete minutos, teve lugar a 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, iniciada em 17 de abril de 2025, qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa, a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Moraes e Sousa, e a 2ª Secretária, Dália Miranda Lopes Eira. -----

15 Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, Carlos José Pinto Vergueiro, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, João Paulo Rebelo da Silva, , Joaquim de Sousa Rocha, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Filipe da Silva Lopes, João Morais de Sousa, Joaquim César Ramos Rodrigues, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Guerra Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Serafim da Silva Teixeira, José Fernando Santos Almeida, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, Paulo José Melo Martins, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, Nelson de Jesus Martins da Silva, André Araújo Ferreira, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira e Jorge Manuel dos Santos Pereira. -----

30 Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: Abel Filipe Dias Gonçalves, substituído por Vânia Maria Melo Rocha, Jaime da Silva Quintas, substituído por José Manuel Silva Ferreira, João Pedro Ferreira Martins, substituído por Maria Rosalina Freitas Fernandes de Oliveira Santos, Joaquim António Dias Tavares, substituído por Manuel Benjamim Leite Soares, Carla Maria Rodrigues Costa, substituída por Pedro André Silva Dantas, substituído por, Joana Nobre Macedo Ferreira Leite, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, substituída por Beatriz Castro Pinto e Pedro Petiz de Castro Viana, substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto. -----

5 Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, os Senhores(as) Vereadores (as): Dário Soares Freitas da Silva, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Maria Mendes Correia, Manuel de Oliveira Guedes e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. -----

10 Estiveram ausentes, a senhora Vice-Presidente Marina Raquel Lopes Mendes e os Senhores(as) Vereadores (as) José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, Paula Cristina Martins Carvalhal e Isabel Maria Carvalho Correia de Sousa. -----

Ponto 1 - Público.-----

15 **Senhor Pedro Poças, União de Freguesias Pedroso e Seixezelo** na sua intervenção fez referência ao recomeço das obras da Rua Alto das Oliveiras. Que em dezembro de 2024, naquela Assembleia Municipal, tinha sido prometido, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, que a obra se iniciaria no primeiro trimestre de 2025. As obras continuavam paradas e gostaria de saber se iriam ser concluídas ou não, conforme documento em anexo (**vide anexo 1**). -----

20 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** começou por fazer um enquadramento, dizendo que o assunto já tinha sido abordado mais vezes, porque das palavras do munícipe ficava quase a ideia de que não teria sido feito nada, parecendo existir uma espécie de um silêncio. Lembrava que há dias, tinha havido uma reunião, na GAIURB, onde o munícipe tinha sido atendido, assim como um grupo de moradores que levou consigo. Tinha sido recebido pela senhora vereadora e pela senhora arquiteta municipal, Dina Henriques. Foram atendidos ao mais alto nível e foi-lhes dado toda a informação. A obra não estava licenciada, como sabiam, mas era possível legalmente meter um pedido de movimentação de terras, para o qual era preciso haver uma licença e essa movimentação de terra, estava licenciada. Também não era justo dizerem que não tinha havido fiscalização nenhuma. Aquela obra já tinha sido alvo de autos de fiscalização, eram fáceis de verificar porque ficaram escritos, e era acompanhada por técnicos e fiscais. Não competia ao vereador ou ao presidente garantir que tudo estivesse em conformidade, mas sim aos técnicos, porque era uma decisão que era eminentemente técnica. Poderia no momento existir um problema, uma afetação, que estavam a acompanhar, mas quanto á atribuição da licença teriam de compreender que não era um critério subjetivo do presidente ou do Executivo. Poderia sempre enviar para um parecer externo ou para tribunal, mas se os serviços dessem parecer positivo, teria de emitir a respetiva licença, o que o munícipe estava a pedir não seria viável. Quanto à questão do email que tinham enviado a pedir uma alteração de sinalização, quem fazia esse estudo era a Divisão de Trânsito. No entanto essa alteração de sinalização teria de ser aprovada em reunião de Câmara e depois na Assembleia Municipal, á imagem daquilo que iria a

5 votação, naquela assembleia, com o ponto “Posturas de Trânsito”. Seguramente o email estaria a seguir os
trâmites legais, achando que naquele processo a Câmara estaria a fazer aquilo que teria de ser. Não atribuiu
a licença de obra, estava a apreciar o processo até às últimas consequências. Atribuiu licença de
movimentação de terras, com todos os pareceres. A licença de movimentação de terras não era uma
bandalheira, respeitava as regras, e se isso não acontecesse haveria multas e fiscalizações. A partir de
10 determinada altura, se houvesse muita reincidência, haveria suspensão da licença de movimentação de
terras, porque não tinha o poder de impedir as licenças. Prometeu que quando o parecer chegasse, teriam
informação credível em primeira mão, da parte dos técnicos. O assunto era conhecido, mas não de resolução
de um dia para o outro, não dependia de uma decisão do presidente, mas estava absolutamente empenhado
em que as coisas corressem bem. Tinha noção que o facto de construir uma moradia criava chatices no
15 vizinho do lado, quanto mais uma empreitada daquele género. Gostaria que ficassem com a certeza de que
a Câmara estava a fazer tudo o que estava ao seu alcance para que as coisas corressem bem, á imagem de
outras obras muito mais complexas.-----

Ponto 3 - Período de Antes da Ordem do Dia -----

20

Senhor Deputado João Paulo Rebelo da Silva (PS) apresentou um **Voto de Pesar** pelo “falecimento de João
Cravinho”, conforme documento em anexo (**vide anexo 2**).-----

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo
Municipal do PS, pelo “falecimento de João Cravinho”**.-----

25

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Albino Almeida apresentou um **Voto de Pesar** pelo
“falecimento de **Sua Santidade o Papa Francisco**, e em nome de todos e com a confiança de todos por
escrevê-lo e vou passar a ler, conforme documento em anexo (**vide anexo 3**).-----

30

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Pesar, apresentado por todos
os Grupos Municipais, pelo “falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco”**.-----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

35

5 **Ponto 4. Período da Ordem do Dia.** -----

10 **4.14. da Ordem de Trabalhos Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Atividades e Conta do Município de Vila Nova de Gaia, relativo ao ano financeiro de 2024, assim como a respetiva Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC), nos termos do n.º 3 do art.º 76 da Lei nº73/2013 de 03 de setembro**” -----

15 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** começou a apresentação do relatório dizendo estar satisfeito com a oportunidade de lembrar algum do trabalho feito e dos desafios extraordinários que tiveram. Falou de um primeiro mandato, centrado na recuperação das contas de uma
20 câmara, praticamente falida, onde as pessoas pagavam taxas de rampas e havia sempre IMI na taxa máxima, enquanto se acumulavam dívidas, juros de mora, judicialização da dívida, para dissimular e múltiplos incumprimentos. Um tempo indescritível de pandemia COVID19, que mobilizou toda a energia para respostas novas, soluções inovadoras e para uma gestão diferenciada, sempre num trabalho em rede com as instituições e as pessoas do concelho. Uma etapa da história coletiva, vencida por guerras e conflitos globais
25 que impactaram diretamente na inflação e nos preços que passaram a gerir nas empreitadas e nos serviços. A adoção de um novo modelo de gestão moderna e de desenvolvimento sustentável, humanista e social, com investimento inteligente e opções rigorosas, capazes de fazer a cidade aproveitar todas as oportunidades de crescer e melhorar. Trabalharam sempre em rede com as instituições, assumindo a prioridade às questões sociais e ambientais. Tiveram força política para conquistas importantíssimas, como
30 a expansão do Metro, a Estação de Gaia, o TGV onde quer que ela fique, o hospital em renovação, os programas socioeducativos, entre tantos outros. Nem tudo correu bem, os transportes não estavam ao nível desejado, a imensa rede viária, necessitava de mais recursos, mas encetaram uma mudança estrutural. Não existia memória de tamanho volume de investimento, um investimento seletivo e inteligente. Aproveitava o momento, para em nome do Executivo municipal, agradecer aos muitos funcionários, mais de 3800, às
35 instituições do concelho, aos cidadãos, às pessoas que eram o destino final das suas ações. Agradecer pela oportunidade e pela possibilidade de dar um contributo para uma cidade sempre melhor. A criação de uma praça de eventos, de encontro e de fruição, nas ditas traseiras da Câmara, cuja reabilitação estava já concluída e a reabilitação integral da Praceta 25 de Abril, integrando-a num espaço mais funcional, ligado às pessoas e à fruição que visava criar uma forte centralidade. Tinham um principal orgulho nos projetos e programas sociais de âmbito municipal, alguns dos quais inovadores, e até ao momento, únicos no país. Era o caso do Gaia Aprende+, que fazia o seu décimo aniversário e já envolvia mais de 7000 crianças. Do Gaia Aprende+ I, para alunos com necessidades especiais, do Programa Municipal de Apoio aos Cuidadores

5 Informais, que tinha ganho um prémio nacional para o Município de Gaia, o Programa Municipal de “Apoio
ao Arrendamento”, o programa “Meu Bairro, Minha Rua”, o Programa “Cantinho do Estudo”, o Observatório
Social de Gaia, o Programa Municipal Gaia Protege+, o Programa de Apoio na Emergência Social ou de Apoio
ao arrendamento. Os pequenos-almoços e lanches gratuitos, para todas as 15.000 crianças, diariamente em
pré escolar e primeiro ciclo. O Programa de Implementação da Fruta Escolar, o Programa Municipal de Apoio
10 à Saúde Mental e tantos outros. Implementaram o “Programa Ciência Viva” as Escolas Ubuntu, à Educação
Ambiental, e vários projetos socioeducativos, como a viagem de comboio ao Oceanário para os finalistas do
primeiro ciclo. Sentiam orgulho nos programas e iniciativas apontadas, não apenas por serem únicos, mas
porque encerravam as virtualidades dos programas de inovação social, de resposta às pessoas, com
fragilidades e handicaps, mas também de respostas universais e destinadas à generalidade dos cidadãos, às
15 classes médias e aos grupos sociais em geral. Durante os 12 anos, destacava o processo, de constante
investimento na renovação, do hospital de Gaia, rumo a uma nova realidade, mas também os novos centros
de saúde construídos e em construção. As reabilitações integrais das escolas EB2/3 de Valadares, Sophia de
Mello Breyner e Costa Matos. Os financiamentos PRR já contratualizados para as novas creches e unidades
de cuidados continuados, num investimento que não tinha precedentes. No mesmo ciclo construíram quatro
20 novos centros de saúde, o centro da Madalena, de Vilar de Andorinho, dos Carvalhos e agora para arrancar
o de Grijó. Reabilitaram integralmente três escolas EB2/3, com mais quatro candidaturas a aguardar o visto
do Governo. Terminaram um programa de extinção total do amianto nas escolas e um programa de eficiência
energética, conseguiram equipamentos com 342 lugares de cuidados continuados e 189 lugares de unidades
de convalescença, com participação financeira municipal. Construíram novas piscinas, da Lavandeira (em
25 obra), Maravedi, a Piscina Municipal Aurora Cunha e adquiriram a Piscina do Eco Parque do Atlântico.
Construíram o Pavilhão Municipal Salvador Guedes, em Avintes, o Pavilhão Municipal Carlos Resende, em
Canidelo. Os pavilhões de Vilar do Paraíso e de São Félix da Marinha, o Pavilhão de Olival estavam em fase
de arranque. O Pavilhão Fernando Gomes em Santa Marinha, o Pavilhão das Pedras, o Pavilhão de Paço de
Rei, que passou a propriedade municipal com a compra do Parque de Santa Luzia, mas também o Ginásio
30 Manuel António Pina e o Pavilhão do Meiral (a arrancar). Naquele ciclo foram construídos 9 Parques
desportivos novos, em Canidelo, Oliveira do Douro, Pedroso, Canelas, Crestuma- Centro de Formação Rui
Jorge, em Santiago, Parque Desportivo do Sermonde, novo Parque de Jogos dos Dragões Sandinenses e o
novo Espaço Desportivo de Balteiro. Todos com equipamentos desportivos maioritariamente dedicados à
formação desportiva, bem como incrementados gradualmente para o apoio à requalificação de inúmeros
35 equipamentos municipais e de associações. Naquele ciclo apoiaram os Sapadores de Gaia, elevados à
categoria de Batalhão, a Polícia Municipal e as seis Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de
Gaia. Construíram 6 novos parques ambientais e parques de fruição ambiental, Parque de Santa Luzia, Parque
de Sermonde, Eco Parque do Atlântico na Madalena e Parque de Sampaio, o Novo parque emergente do

5 Aterro de Sermonde, Parque de Bustes, em fase de arranque, como também a ampliação do parque Biológico, da enorme ampliação do Parque da Lavandeira e dos circuitos ambientais das ribeiras de Gaia. No mesmo ciclo construíram um pavilhão multiusos e projetaram um centro de congressos fundamentais para o alargamento dos horizontes de Vila Nova de Gaia no contexto nacional e internacional. Ainda construíram quatro novos auditórios municipais de freguesia, o Auditório de Lever, um Auditório de Grijó, um Auditório de Arcozelo, esse em fase de lançamento de concurso, e o novo Cineteatro Almeida e Sousa em fase de concurso também. Tudo isso para além da reabilitação integral do Auditório do Parque Biológico, do auditório da Assembleia Municipal e do Auditório Municipal. Apostaram na construção de 3 novas sedes de Juntas de Freguesia, Canelas, Grijó e Arcozelo. Para além da reabilitação de tantas outras, como a reabilitação de Sandim, Vilar de Andorinho, Valadares, Santa Marinha, Oliveira do Douro, Olival, entre outras. Ainda duas novas esquadras da PSP, Canidelo e Valadares e um novo posto da Polícia Marítima na Granja. Além da reabilitação feita com recursos municipais da Divisão de Gaia, da PSP, da reabilitação dos postos da GNR dos Carvalhos e de Avintes, enquanto se aguardava a assinatura do protocolo para o arranque do novo posto da GNR de Arcozelo. Também construíram 480 fogos de habitação, a custos controlados, além da reabilitação de 34 empreendimentos sociais municipais, beneficiando quase 4000 fogos de habitação municipal.

10 Juntaram os 134 milhões € contratualizados, no PRR, para a habitação a renda acessível e atualmente em construção. Ainda os 12 novos Centros Cívicos de Freguesia Serzedo, Oliveira do Douro, Vila de Andorinho, Avintes, Mafamude, Canelas, Madalena, Arcozelo, Sandim, Olival Lever e Crestuma, Pedroso, Vilar do Paraíso e Santa Marinha. Para além da reabilitação integral e da reabilitação e da pedonalização da beira rio, da construção da Praça, do Centro Cívico Municipal, e arranjos diversos, em múltiplos espaços públicos de fruição e lazer. Neste ciclo, construíram ou arrancaram a construção de 8 novos equipamentos sociais para idosos, a ACIC, o Centro Social São Miguel de Arcozelo, o Centro Social e Paroquial de Canelas, EPID dos Bombeiros de Valadares, o lar dos professores da Casa dos Professores, o Lar do Centro Social de Vilar do Paraíso, o Centro de Dia e Apoio Domiciliário de Serzedo e a ampliação do Lar dos Trabalhadores da PT em Valadares. Igualmente novos equipamentos sociais para a infância, a Creche do Candal, a Fundação Padre Luís, a Fundação Cónego Nédio de Sousa, a Creche do Candal, gerida na Afurada, e ela mesmo ampliada.

25 Equipamentos para a deficiência, o lar da APPACDM, as novas instalações da APPDA, o novo CACI- Dr. Mário Dias, o Lar da DANEM e o Lar e o Centro de Dia da Liga dos Amigos do Centro de Saúde Soares Reis. Para que se entendessem, aqueles equipamentos sociais, sendo geridos por IPSS, representavam um esforço financeiro da Câmara, superior a 6 milhões€ e colocavam Gaia, como o município com maior investimento nessa área, em todo o país. Tudo aquilo sem incluir os novos equipamentos de gestão direta, municipal, para a deficiência e a integração socioprofissional de pessoas com handicaps como os CACI do Magarão e do Murraceses, ambos em funcionamento, o CACI de Canidelo em fase de arranque e o de Canelas ancorado na escola secundária em pleno funcionamento. Naquele ciclo construíram novas casas mortuárias, pagas pelo

35

5 orçamento municipal, em Perosinho, Sandim, Arcozelo, Seixezelo Olival e Vilar do Paraíso, em fase de arranque. No mesmo período substituíram integralmente as 52.000 luminárias de iluminação pública, acabando com as lâmpadas de vapor de sódio, todas substituídas por lâmpadas de LED, com uma eficiência energética e poupança na fatura superior a 65%. Garantiram uma nova e moderna estação de alta velocidade em vez de um mero túnel de atravessamento, sem sentido nem centralidade. Foi criado o passe único para
10 toda a área Metropolitana do Porto e começaram a implementação do serviço de transporte público “Unir” que juntamente com o mob+ e o transporte de proximidade, significava uma oportunidade de melhoria, do fraco serviço que tinham. A rede de metro, a linha amarela, existente até 2013 tinha 2,73 km de extensão, os 3,15 quilómetros construídos com a expansão de Santo Ovídeo a Vila d'Este e estavam em obra 6,3 km da nova linha Rubi, á qual se acoplava a ponte Dona Antónia Ferreira, a Ferreirinha. Ainda lembrava os vários
15 prémios e distinções importantes que ganharam. O título de Capital da Juventude 2025. Organização de eventos diversos, como a Maratona de Gaia, com enfoque no retorno das iluminações de Natal que o município já não tinha memória de existir. Empenharam-se na atração de investimento externo, com presenças no IPIN em Cane e na Expo Real, em Munique, com a Frente Atlântica, tendo o maior volume de investimento privado estrangeiro de sempre, com impactos na também menor taxa de desemprego de
20 sempre em Vila Nova de Gaia. Assumiram uma relação virtuosa e articulada com o Porto e com Matosinhos, através da Frente Atlântica, e das múltiplas iniciativas articuladas. Desde 2013 começaram a trabalhar na recuperação da Câmara, atolada num drama financeiro reconhecido nos documentos oficiais públicos do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, nos resultados das auditorias do Tribunal de Contas, mas também desorganizada e atravessada por vários processos judiciais e indemnizatórios. A situação financeira
25 municipal tinha sido recuperada, atualmente com contas positivas, investimento feito em níveis históricos. Assumiram novos eixos de desenvolvimento sustentável, políticas imateriais, dirigidas para as pessoas e para as famílias, sempre em linha com as melhores práticas de gestão. Recuperaram as empresas municipais, como as Águas de Gaia ou a GAIURB, ambas à época em rutura financeira. Extinguiram a Gaianima, já à época em insolvência, e apresentavam naquele momento á Assembleia as contas, sem uma única reserva do
30 Revisor oficial de contas, coisa que consideravam também histórico. Essa enorme recuperação financeira também tornou possível uma resposta eficaz a todos, nos desafiantes tempos de COVID, com apoios e medidas de vária índole, sempre num intenso trabalho em equipa, em rede e de grande abrangência nas várias áreas da vida do município. A pandemia foi o maior desafio na vida de todos e na vida da autarquia e tudo fizeram para estar à altura das múltiplas necessidades. Pagaram e incorporaram no património
35 municipal os bens alienados, outrora no fundo imobiliário fechado, em vez das rendas. O município tinha adquirido um conjunto de bens patrimoniais fundamentais para o presente e para o futuro. Para além dos processos de contratação pública e da gestão equilibrada, o Município foi reforçando o seu património, com aquisições de terrenos e edifícios considerados estratégicos para o concelho. Destacaram, a estufa da

5 Lavadeira e todo o terreno remanescente do Parque da Lavadeira, a Casa da Presidência, para evitar a
construção de um arranha-céus, os terrenos da fábrica das Devesas, para a construção de Gaia Museu
Ambiente, um espaço para viajar na História de Gaia e na história da cerâmica em Gaia. Os terrenos
comprados para a habitação social, a aquisição do Teatro Almeida e Sousa, dos centros cívicos disseminados
10 pelo concelho ou a compra do Parque de Santa Luzia, o terreno ou a compra do terreno para a construção
do Pavilhão de São Félix da Marinha, entre outros. Durante quase 12 anos tinham sido geridos 3 mil milhões€
e foram tomadas milhares de decisões. Foram tramitados mais de 100.000 processos de licenciamento
urbanístico, muitos investimentos municipais de envergadura, apoio às instituições e às famílias, captação
de investimento e de emprego. Assumiram alguns projetos marcantes para o futuro de Gaia. O período
15 pandémico, pelo que todos passaram, significou uma nova dimensão de crise nacional, desde logo com a
inflação, com a qual lidaram e responderam com determinação e empenho. A ambição era compatível com
a sustentabilidade, desde que a ambição não se transformasse em desnorte, típico dos velhos modelos de
gestão, onde a questão financeira era mera questão lateral. A sustentabilidade era determinante para
desenharem o futuro. Um futuro próspero para todos, onde a educação era o eixo decisivo e as políticas
municipais elementos centrais de formação de um Estado democrático e humanista. O futuro era construído
20 todos os dias, com todos, eles deram o seu contributo. -----

Senhor Deputado Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira (PAN) falando do Relatório de Atividade e Contas
de Gerência do Município de Vila Nova de Gaia, relativo ao ano financeiro de 2024 disse ser uma prestação
de contas que apresentava, com objetivo primordial de informar os cidadãos acerca da sustentabilidade das
contas municipais, mas sem esquecer a visão marcadamente política nas quais as opções económicas-
25 financeiras municipais se concretizaram. Relativamente à situação financeira do município, no seguimento
daquilo que o PAN tinha vindo a demonstrar, em anos anterior, não podiam deixar de se congratular pela
assertiva gestão e controlo de contas, que o executivo tem vindo a demonstrar e se via refletida no equilíbrio
orçamental. No entanto relativamente à receita corrente apontavam o peso que os impostos diretos e a as
transferências correntes ocupavam nesse capítulo, sendo que os impostos locais eram os que mais
30 contribuíam para aquela receita. Embora verificando uma baixa do imposto, no que tocava ao IMI, refletido
entre outros fatores, pela diminuição da taxa aplicável em 2024, assistiam a um grande aumento da receita
proveniente do IMT em relação aos anos anteriores. Sem dúvida que esse crescimento demonstrava o
dynamismo do mercado imobiliário, mas era precisamente para essa realidade que chamavam a atenção. Na
verdade, amiúde, muito desse crescimento traduzia o sacrifício de zonas verdes e do desequilíbrio dos
35 ecossistemas, resultando num crescimento, não sustentável, do ponto de vista ambiental. Lembrava a
Reserva Natural do Estuário do Douro e era importante que o executivo tivesse uma visão ambientalmente
sustentável, não permitindo o surgimento de "selvas de betão" espalhadas pelo território. Quanto à política
fiscal acompanhavam o Executivo no que tocava ao IMI, à participação variável no IRS, mas já não

5 acompanhavam a fixação da taxa de derrama, bem como da isenção, uma vez que consideravam que deveria também ser considerado o critério do setor de atividade por forma a incrementar, no espaço geográfico, empregos verdes, estáveis e duradouros. Acompanhavam também o executivo nas suas preocupações sociais, as quais se refletiam nos gastos que as Funções Sociais alocavam, sendo essas que registaram o maior aumento, nomeadamente na Educação e Ação Social. Não seriam justos se não realçassem o resultado líquido positivo com que se tinha terminado o ano de 2024. O Município tinha encerrado o ano de 2024, com um resultado líquido positivo de 25.943 milhares de euros, o que refletia um aumento de 11.136 milhares de euros, face ao resultado atingido em 2023. De uma forma geral, acompanhavam o executivo quanto às suas opções de política social, habitacional, educacional, cultural, bem como nas áreas da saúde. O Relatório de atividades anexo à Prestação de Contas de 2024 refletia de forma exaustiva o balanço do Ciclo autárquico do executivo, dando nota da "obra" feita. Em boa verdade, o PAN sempre tinha acompanhado o executivo nas grandes opções implementadas, nas mais diversas áreas, em áreas basilares como Habitação, Educação e Saúde. Quanto aos Transportes, admitia um salto qualitativo no que tocava à rede do Metro, com o alargamento da linha amarela (embora o PAN se tivesse oposto á parte do seu atual traçado, porque sacrificou grandes áreas verdes do Monte da Virgem), e a construção da linha Rubi. Na verdade era nos transportes públicos rodoviários, nomeadamente com a criação e implementação da UNIR, que muito faltava fazer. Como nota prévia relembra que o PAN chamado a pronunciar-se sobre o orçamento e opções do plano do ano de 2024, se abstinha, exatamente por entender que as políticas do executivo, em áreas tão essenciais como o ambiente e a proteção animal, ficaram aquém das expectativas. Recordava, que o PAN tinha estado ao lado do executivo, votando favoravelmente matérias no âmbito da mobilidade, das políticas sociais, nomeadamente os destinados à franja da população socioeconomicamente mais vulnerável, das políticas setoriais da educação, da saúde, da cultura, do desporto, bem como dos investimentos em equipamentos estruturantes e por isso importantes para o concelho de Vila Nova de Gaia, todavia, existiam temas que eram fraturantes e que não acompanhavam, pela razão de não se aproximarem do espectro político defendido pelo PAN, e porque consideravam que as medidas implementadas eram manifestamente insuficientes para resolver os problemas existentes no município. Não acompanhavam a completa ausência de políticas de proteção e conservação da natureza e da biodiversidade no concelho. Na verdade, o que assistiam, era à depauperação de zonas naturais e a sua capitulação ao "betão e aos grandes projetos". No âmbito da sustentabilidade ambiental e da preservação da biodiversidade, tinham expectativas de assistir, naquele ciclo político, a uma mudança de paradigma no que àquelas áreas diziam respeito. Também poderiam intermediar e implementar programas e estratégias adaptadas às circunstâncias e necessidades locais, em particular no domínio energético. Também, não se tinha vislumbrado qualquer medida ou intenção tendente a mitigar a enorme poluição existente no rio Douro, a maior parte dela provocada pela navegação turística. Apontou o executivo, por não ter sido dinamizador, junto das entidades a quem

5 competia a gestão das águas fluviais. Criticou o Relatório de Atividades por nada dizer sobre alterações climáticas, ecologia, ecossistemas, promoção da biodiversidade, proteção de zonas naturais, políticas de gestão do arvoredo, pegada ecológica, eco economia, economia circular, descarbonização. Vila Nova de Gaia, em termos de sustentabilidade ambiental, continuava a não existir, por parte do Executivo, uma linha política

10 direcionada a esse respeito. Para ser sustentável tornar-se-ia urgente uma política direcionada ao incentivo da produção local, à preservação dos ecossistemas e da conservação da biodiversidade e sem dúvida mudar de paradigma económico. Ser humanista era também ser ambientalista e animalista. Para terminar consideravam que as opções políticas do executivo em 2024, ainda não estiveram dotadas das preocupações que o PAN considerava estruturantes e por isso fundamentais para uma Vila Nova de Gaia humanista, amiga dos animais e ambientalmente sustentável, conforme documento anexo **(vide anexo 4)**.-----

15 **Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida, (PSD)** disse que no Relatório de Atividades e Conta de 2024, Eduardo Vítor Rodrigues, tinha efetuado o balanço da gestão, do Partido Socialista, durante o ciclo autárquico de 12 anos. Confessavam não compreender a tonalidade repetidamente desprimorosa, do atual Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, quando se referia à gestão do anterior presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes. Não deveriam esquecer que o Partido Socialista, durante o ciclo

20 autárquico liderado pelo Partido Social Democrata, apoiou as principais decisões estratégicas, então empreendidas pelo mesmo, e votou favoravelmente, numa percentagem esmagadora, as deliberações tomadas. Contudo, em 2025, o atual presidente da Câmara mais uma vez desconsiderava a gestão autárquica, que permitiu a Vila Nova de Gaia dar um salto qualitativo ímpar. Recordavam que Luís Filipe Menezes tinha chegado, em 1997 à Câmara de Gaia, pouco após António Guterres deixar o país num pântano,

25 como então se referiu a Portugal. Quando Luís Filipe Menezes conquistou a Câmara de Gaia, conseguiu construir quase 4000 casas de habitação social durante os 16 anos dos seus mandatos, envolvendo os trabalhadores municipais nesse trabalho notável e acabando com o urbanismo selvagem. Não só construiu, como requalificou, por exemplo, na valorização de Vila d'Este, uma urbanização na qual viviam 16 ou 17.000 pessoas e Filipe Menezes tinha investido 40 milhões€ na instalação e construção de equipamentos sociais,

30 culturais e desportivos. Das 120.000 casas que Gaia tinha em 1997, apenas 10.000 estavam ligadas ao saneamento. Foi necessário construir cinco estações de saneamento e 1000 quilómetros de redes de saneamento e ligar mais de 100.000 casas ao saneamento. Gastaram 150 milhões€ no saneamento e, além disso, ainda tiveram de convencer as populações a ligar as casas ao saneamento e de apoiar a população nos custos inerentes a esse saneamento. Conseguiu despoluir todas as praias, o que obrigou à despoluição de 50

35 ribeiras, num percurso total de 400 quilómetros no concelho. A concretização definitiva do projeto do Parque Biológico Municipal e a sua expansão em Avintes. A construção de raiz do Parque da Cidade, a criação de ex-libris nacionais, nomeadamente a Reserva Urbana Natural do Cabedelo, a primeira reserva em área urbana em todo o país, Parque Marítimo das Dunas Aguda, em 1997, tendo este servido de inspiração para outros

5 parques do mesmo género em todo o país. Requalificou as principais ruas do concelho e remodelou a rede viária. Criou a Marina da Afurada e o Centro Interpretativo do Património da Afurada. Construiu o teleférico, do Centro Histórico, recuperou o Convento Corpus Christi, adquiriu o Solar dos Condes de Resende e a Casa Barbot, um ex-libris de Arte Nova. Instituiu a Rede Social de Gaia, reabilitou estádios, com a dotação de relvados sintéticos, bem como construiu e recuperou diversos pavilhões desportivos. Como equipamentos de referência, destacavam o Estádio do Parque da Cidade, Centro Olímpico de Alto rendimento, ténis de mesa e taekwondo, Centro de Formação Desportiva Olival/Crestuma e o Pavilhão da Lavandeira. No âmbito da educação, foi introduzido no primeiro ciclo o ensino do inglês, Educação Física, formação artística, tendo sido alargada a todas as escolas a cobertura de cantinas escolares. Por outro lado, os manuais escolares passaram a ser gratuitos nos primeiros quatro anos de escolaridade. Conseguiram ainda reabilitar a Frente Rio e o centro histórico, destacando se a criação da marginal que liga o Cais de Gaia ao Cabedelo, com a reabilitação total da Afurada. Tinham sido alguns dos importantes eventos dos projetos que se construíram e haveria muitos outros a considerar. Se Luís Filipe Meneses tivesse ganho, a dívida seria paga, os contenciosos resolvidos e a repetitiva e sistemática narrativa da dívida, nunca teria acontecido, porque a redução da dívida já tinha sido iniciada em 2011 e continuou em 2012 e 2013. Mas a propósito do ponto, interrogou os presentes como seria possível ter dado semelhante salto qualitativo, sem fazer dívida, e deu como exemplo a gestão de João Jardim na Madeira. Apontou a arrecadação de impostos como a causa do melhoramento do Estatuto do Município mas reconheciam também o contributo do partido socialista, na atual gestão autárquica que se esforçou para obter aquela melhoria. No entanto, o que para eles era incompreensível era o défice de construção de habitação social ou um transporte público rodoviário, que há ano e meio era uma fonte de indignação para os munícipes e também o deveria ser para os eleitos. Entretanto, as despesas do Município eram a sua preocupação, porque temiam que nos anos em que existisse contração da atividade económica, e a receita dos impostos diretos baixassem, poderia existir dificuldades de tesouraria e colocar em causa o equilíbrio orçamental. As despesas de funcionamento resultantes de encargos de natureza fixa e obrigatória, suportados pelo Município de Vila Nova de Gaia, cresceram por via do processo de descentralização nas contas municipais. Era importante proporcionar a Vila Nova de Gaia outro grande salto qualitativo e achava ser possível se o Partido Social Democrata fosse o vencedor das próximas eleições autárquicas. -----

Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU) Iria ser breve, por entender que a discussão da conta de gerência, não deveria ser um espaço para análise, nem do mandato inteiro, nem sequer de um ciclo autárquico. Isso não era uma crítica, porque não sabia o que faria a CDU no seu lugar, a prestação de contas era algo que deveria ser feito pelas maiorias e para as oposições e a CDU e os seus eleitos faziam-no onde deveria ser feito, junto da população, junto dos gaienses. Estavam a fazer durante o mandato todo, o que deviam fazer os eleitos da sua intervenção para melhorar a vida dos trabalhadores e do povo. O documento

5 refletia os 12 anos de gestão autárquica, onde já se tinham pronunciado, até no que dizia respeito á discussão do plano e Orçamento. Em todo o caso, a comparação que deveria ser feita não era entre 2013 e 2024, mas entre as necessidades dos gaienses no presente e as respostas dadas. Era nessa diferença que estavam empenhados, na diferença das necessidades de quem precisava de autocarro e ele não passava, de quem precisava dos apoios sociais, era sobre as necessidades presentes em que estavam empenhados. A CDU, desde a primeira hora, até nas questões das contas de gerência, tinham colocado que o paradigma do local, estando no primeiro quarto do século XXI, era um modelo, verdadeiramente ultrapassado. Não no sentido de que o poder local não tivesse um papel absolutamente determinante, mas onde o Estado central tinha falhado de infraestruturas, dos cuidados sociais, aquilo que os gaienses precisavam e aquilo que os gaienses reivindicavam era justamente a estabilidade de apoios sociais, o melhoramento continuado dos serviços, um conjunto de responsabilidades, respostas e políticas que a CDU defendia e naturalmente e depois via espelhada num aumento das despesas correntes. Achava que o que se exigia ao poder local democrático era a mudança de paradigma dos apoios continuados e depois, já que se falava na dimensão das despesas correntes, também seria preciso coerência. A CDU sempre denunciou os impactos da transferência de competências, dos encargos da transferência. Falou da comunidade escolar da Escola Padre António Luís Moreira, e que queria a escola com condições dignas que a comunidade escolar exigia e não tinha. No fundo, a prestação de contas levava preocupações que sempre levaram ao debate, questões concretas e dificuldades que o poder local democrático enfrentava na atualidade, a questão da descentralização. No documento voltava a ficar espelhado a falta, quase decência, da dimensão do envelope. O município ainda ter de dar 7 milhões para a educação, 2 milhões para a saúde, 1 milhão para a ação social, estes 10 milhões€ era inclassificável e um perigo na sustentabilidade do poder local democrático das autarquias. Assumiram sempre uma posição moderada para não comprometer o balanço equilibrado das contas, nem entrar por esses desvarios demagógicos da baixa de impostos, até porque sabiam o contributo que os impostos tinham no Estado Social. A posição naquela Assembleia Municipal, por parte da CDU, era que o aumento de receita, que a prestação de contas referia, significava que poderia ter havido um aumento de investimento, tendo sido captado e canalizado esse recurso importante para os investimentos necessários. Aliás, se na discussão do Plano e Orçamento 2024 a CDU falava que os 12 milhões € correspondiam a 12 escolas de Vilar, os 17 corresponderiam a 17. Se falava que o IRS correspondia a 5,6 vezes o Orçamento municipal para a Cultura em 2024 a 7 milhões correspondia a oito vezes o orçamento municipal para a Cultura. Relativamente ao IMT, ficava a nota, a dificuldade que existia em apelidar o que se passava no mercado da habitação em Gaia, como dinamismo económico. Obviamente que isso correspondia ao aumento da receita que deveria ser canalizada, que fazia parte um peso significativo no município, e a expectativa era que permanecesse durante algum tempo, até porque havia muita obra em construção, mas isso não era dinamismo económico. Os próprios gaienses teriam certamente dificuldades em olhar para isso como dinamismo económico, já que lhes causava

5 instabilidade na vida deles. Dirigindo-se ao Presidente e aos deputados, disse que a comparação que deveria ser feita era a comparação que a CDU estava empenhada, não entre 2013 e 2024, não interessava a quem estava lá fora, mas as respostas dadas, que iriam para além uma comparação ou disputa de legados, mas das necessidades, de quem quotidianamente enfrentava as insuficiências do transporte rodoviário, de quem quotidianamente enfrentava os problemas no acesso à habitação, de quem quotidianamente enfrentava os problemas infraestruturais, desde logo nas questões das escolas do concelho. Deu o exemplo de António Luís
10 Moreira mas teria muitos mais. Era sobre esses problemas que os trabalhadores e o povo, os jovens e os reformados estavam empenhados, era sobre esses problemas que a CDU estava empenhada para resolver.

Senhor Deputado João Paulo Rebelo da Silva, (PS) A exemplo da semana anterior e recordando a sua intervenção, acerca do 25 de Abril, continuava a ter dificuldade em entender a suspensão que alguns queriam
15 fazer do 25 de Abril, porque a sua posição era continuar a honrar Abril, projetando na comunidade um desenvolvimento que valorizasse a democracia e o poder autárquico. Detetaram na intervenção do deputado do PSD, uma certa ironia, um certo apelo à serenidade que, obviamente, numa “plataforma” sem roque nem norte, ficava bem claro que muitas vezes o que se dizia não era bem aquilo que se fazia. E, portanto, ficava ali o reparo da parte dos deputados do Partido Socialista. Quanto ao documento em apreço fariam uma
20 síntese de toda a discussão ali realizada, as alternativas foram poucas ou nenhuma e o caminho percorrido foi o correto e os principais indicadores financeiros assim o diziam. Relembra um número que já tinha citado 284,7 milhões€, era o orçamento municipal e o importante também era ver a execução feita através do documento. Tiveram os projetos, os processos judiciais a convite e inclusive a guerra, agora na Europa. Em 2024, a dívida saldava-se, em 71 milhões, passaram de 300 para 71, de 206 dias de prazo médio de
25 pagamentos para 18 dias, com tendência a aumentar a receita, a verdade era que baixaram os impostos e, gostariam de fazer ainda algumas referências. O senhor Presidente já tinha referido algumas delas, mas não resistia a reforçar aquilo que tinha sido a aposta no “Centro Ciência Viva”, obviamente o Gaia Aprende+, a valorização de tudo o que tinha sido feito na educação, mas até com a transferência de competências. O testemunho a partir das escolas, do esforço que tinha sido feito pelo Executivo municipal, mas também por
30 toda a gente que trabalhava na Câmara Municipal, para que as coisas corressem bem. O deputado dizia que a transferência de competências era um desafio que se colocava. Não era pela questão do dinheiro, que parecia não chegar, para essa transferência, mas pelo Executivo e pelos trabalhadores da Câmara Municipal deixava o seu reconhecimento, a partir das escolas, do esforço que tinham feito. Falou do Passe Único que também fez parte da evolução que o Concelho tinha tido. Nomeou a expansão de rede de transportes
35 públicos, a continuação dos projetos de habitação acessível, a forte aposta na regeneração urbana, o reforço dos serviços de saúde, eixos que iriam continuar a valorizar ao longo do período 2013/2024, a gestão de Eduardo Vítor Rodrigues pela política de equilíbrio financeiro, com ênfase na redução da dívida municipal e no aumento dos investimentos em áreas chave educação, saúde e ação social. O município de Vila Nova de

5 Gaia tinha alcançado uma sólida posição financeira e, ao mesmo tempo, implementado uma série de projetos, que melhoravam a qualidade de vida da sua população, consolidando o desenvolvimento sustentável para os próximos anos. Terminou reforçando que valorizavam abril e a democracia, conforme documento em anexo (**vide anexo 5**). -----

10 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** começou por dar umas referências simples, em jeito de ajustamento ou de correção, que ficasse mais para memória futura do que propriamente em jeito de debate político, porque estava visto que esse estava virado para o passado. Dirigindo-se ao deputado do PAN disse que as construções a que se tinha referido na reserva ou junto à reserva, tinha zero de responsabilidade do seu ciclo autárquico e era impossível, fosse quem fosse, travar aquilo que estava ali a ser construído, havia datas para se poder verificar. Não era justo que os acusassem, naquele ciclo autárquico, mas já achava ser feita justiça, quando o executivo dizia que deixaria, por opção, o PDM para uma aprovação posterior, no arranque do novo ciclo autárquico e com os novos protagonistas. Mas, pensava deixar também escrito e bem definido, que nas encostas do Douro não haveria nem mais uma casinha para além daquilo que o atual PDM permitia. Isso porque a desclassificação de terrenos era uma coisa que imputava aos orçamentos municipais e também não se sentia tranquilo a fazer. O Rio Douro não seria uma zona de passeio com prédios nas encostas do Douro e em 12 anos contavam-se pelos dedos de uma mão o que tinha acontecido, de impacto urbanístico na zona das encostas do Douro, pelo contrário, tinha havido alguma retração e alguma reserva, relativamente a alguns investimentos que poderiam ser auspiciosos, nomeadamente na área da hotelaria da Ponte do Freixo para Cima. Quanto ao deputado da CDU, ao falar da descentralização, esclareceu que nada tinha assinado. Também falou da habitação e no aquecimento do mercado, no momento fragilizado. A solução para a habitação só seria, mais construção e de ver concretizados os empreendimentos que implicavam construção nova, para uma classe mais fragil, mas lembrava que quando da sua posse, basicamente a política de habitação no concelho, eram os bairros sociais, os empreendimentos sociais. No momento tinham os empreendimentos sociais, todos eles, sem exceção, intervencionados, desde o amianto às janelas duplas e até á instalação de elevadores em alguns casos. No momento existe um sistema de apoio ao arrendamento que já custava á Câmara 1,2 milhões€ ano, caso contrário muita gente já estaria na rua, sem alternativa nenhuma, nomeadamente famílias monoparentais. O lado feminino tinha as residências partilhadas, projeto de sucesso, sobretudo para uma faixa etária mais avançada, respostas não substitutivas, à falta de uma casa abrigo, respostas do ponto de vista habitacional, para aquilo que eram as vítimas de algum tipo de violência, nomeadamente a violência doméstica. E finalmente, tinham os HCC. Eram 450 habitações, num modelo que tinha corrido bem em Aveiro, em Sintra, em Oeiras. Acreditava e pensando nos jovens, da classe média, em arranque de vida, fosse em casal ou individualmente, que era uma medida absolutamente extraordinária. Implicava um esforço financeiro do município, quer por ação, quer por omissão, por aquilo que se dava e por aquilo que não se recebia, que até

5 então não era compatível com a situação financeira que tinham até ao Covid. Reforçou a sua convicção de que os HCC eram, do seu ponto de vista, o mais importante instrumento de política habitacional, sobretudo se tivessem uma maior participação do Estado, num modelo de habitação apoiado pelo Estado, para depois ter arrendamento ou venda em situação de renda resolúvel a custos absolutamente tranquilos. Quando o deputado dizia que nunca se construiu tanto e ainda assim os preços aumentavam, teria que reconhecer que uma coisa nada tinha a ver com a outra. Ainda bem que tinham essa habitação importante, 10 mas no momento precisávamos de outra resposta, mas o mercado no momento não estava disponível para isso. O mercado estava a ser traído, até ao final do ano passado um modelo de ARU'S permitia a construção, com uma isenção de IVA até 6%, de 23 para 6%. De repente, tudo tinha sido feito, vendido, calculado na lógica da reabilitação urbana, mas o conceito de reabilitação urbana era reabilitar a urbe, reabilitar o espaço, 15 o território. O que tinha acontecido foi que tanto se poderia pegar num prédio velho e reabilitá-lo, como construir um prédio novo. A reabilitação de uma cidade não era pôr novo, o que era velho. No final do ano os tribunais, acolitados pelo Ministério das Finanças, que o que queria era receita, decidiram alterar, no sentido de que só haveria ARU'S, quando houvesse reabilitação do prédio velho, que era transformar reabilitação urbana e reabilitação de prédio. Para terminar a questão da habitação, disse que a habitação 20 construída em Vila Nova de Gaia, tinha sido sempre a reboque de fundos nacionais, com o PRR. Dirigindo-se ao deputado Fernando Almeida disse não desclassificar a gestão antiga. Reconhecia o saneamento, o pavilhão, e sabia das obras que fizeram, até porque era presidente de Junta, mas também lembrava que a Câmara estaria numa posição financeira ainda pior, se tivesse á altura cumprido com as juntas de freguesia, em vez de ter amputado as transferências financeiras para as juntas do partido oposto. Na altura o modelo era, se fossem do mesmo partido eram contemplados se não fossem seriam excluídos. Foi isso que tinha 25 acontecido, durante mais de meio mandato, às juntas do Partido Socialista, que estiveram sem receber 1 cêntimo, porque a Câmara, unilateralmente, entendeu que não devia apoiar. Também quando o deputado disse que a dívida começou a ser paga em 2011, era puramente falso, o que o deputado teve em 2010, 2011, 2012 e ainda apanhou um bocadinho do novo mandato de 2013, foi uma substituição de dívida por nova 30 dívida. Venderam lugares de estacionamento em Gaia por 25 anos. A Câmara até ao momento nada tinha recebido porque o estacionamento tinha sido concessionado, com um critério que era todo o dinheiro recebido à cabeça. Em seguida, pegaram nas oficinas municipais, no Parque da Granja, no Parque de Campismo da Madalena, no quartel dos bombeiros, venderam à Caixa Geral de Depósitos, num modelo sald is back em que recebia o dinheiro e começava a pagar uma renda em modelo renda resolúvel. Foram mais 35 22 milhões€ que entraram no cofre. Só nas duas operações a Câmara tinha encaixado 42.000.000,00€, 20 de estacionamento, 22 do fundo imobiliário fechado. Nesse período, a Câmara faz uma redução de dívida de 28 milhões. O presidente continuou a lembrar os 20 milhões do PAEL, que era um programa de apoio à economia local, que representou um empréstimo que o Governo na altura criou para financiar câmaras, com

5 dificuldades. Gaia beneficiou do PAEL porque estava em rutura, mas o atual executivo pagou tudo. Dizer que
compraram a Casa Barbot não era verdade, a Casa Barbot tinha sido cedida gratuitamente, pela família
Barbot, na contrapartida de se fazer o loteamento industrial de Grijó. A Casa Barbot ficou na posse da
Câmara, em meados da primeira década de 2000. Enganaram o Carlos Barbot, até 2017, e quem fez a
10 Urbanização de Grijó, que permitiu financiar a Casa Barbot ou que permitiu a sua permuta tinha sido o atual
presidente por 1.500.000€. Tecnicamente, ficaram com a Casa Barbot, não cumpriram o contrato e deixaram
a dívida por pagar e quando o deputado, ou alguém, era obrigado a enunciar as 4000 habitações que
custaram zero à Câmara, para justificar a dívida, estava tudo dito. Também dizer que a Câmara tinha
aumentado de 2500 para 3800 funcionários, era falso. Não aumentaram os funcionários, incorporaram
funcionários, como fizeram com a Gaianima e com o Parque Biológico. Acusou o PSD de campanha
15 vergonhosa, feita por um dos seus líderes, nas redes sociais, e aconselhou-os a demarcarem-se de tudo
aquilo, pois enquanto não o fizessem seriam vistos como iguais. Pois era uma plataforma que não era
anónima, tinha um projeto, que o PSD sustentava politicamente, e continuarem calados era pactuar também.

Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida (PSD) Pediu a palavra para responder ao presidente e disse
que o iria surpreender, pois nada tinha lido. Mas ia ler e tentar perceber o que a plataforma dizia. Portanto
20 ia ler e possivelmente se identificaria com o que o presidente estava a dizer. Pedia era que não pusesse na
boca dele, o que não tinha dito ou lido, porque não era verdade.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues respondeu que lhe custava acreditar. que
o líder da terceira maior bancada o PSD, ignorasse a mais baixa sacanice, que se passava em Gaia.-----

Senhor Deputado Joaquim Moreira Barbosa (PSD) Relativamente à questão do senhor Presidente da
25 Câmara, que colocou ao PSD, que não queria entrar na discussão, mas disse-lhe que o PSD de Gaia tinha uma
página pública e essa era a que interessava para ele e para os militantes. Se o presidente quisesse discutir
alguma coisa, que era dito nessa página, estava disponível para esclarecer e os seus companheiros também.
Relativamente ao Partido Socialista e à intervenção do deputado João Paulo, sobre o 25 de Abril, perguntou-
lhe se, passado 51 anos, ainda tinha alguma dúvida existencialista que o 25 de Abril não era só de alguns mas
30 era de todos.-----

Senhor Deputado João Paulo Rebelo da Silva (PS) disse que para quem nasceu a 31 de Agosto de 1974,
aquele era um debate no qual se sentia muito confortável, ainda não sabia ler e, portanto, ficava muito
contente e muito feliz, porque o apelo e o elogio à serenidade do seu companheiro tinham sido ali claramente
valorizados, nesse último debate. Na comunicação haveria sempre aquilo que se queria dizer, o que se
35 dizia e aquilo que os outros entendiam. Poderia ter havido algum lapso da sua parte mas naquele contexto,
tinha muita dificuldade em entender, a suspensão que o Governo tinha tentado tentou fazer no 25 de Abril.
Era uma interpretação política que os comprometia e tinha o direito de dizer que o governo tentou fazer a

5 suspensão da comemoração do 25 de Abril e deputado o direito de o discordar. Ainda se lembrava de ter havido algo há uns anos, a tentativa de tirar o R da revolução. O 25 de Abril foi uma revolução e não uma evolução. Havia quem tivesse problemas com o 25 de Abril, mas ele não. Convidou o deputado a juntar-se a ele no 25 Abril, uma vez que ele era de todos. -----

10 **Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.14.** -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 33 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS) 09 votos contra (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL) e 05 abstenções (02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN). -----

15

4.15 da Ordem de Trabalhos “Apreciação e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Inventário dos Bens do Município de Vila Nova de Gaia, relativos ao ano 2024, nos termos da alínea j) do n.º 1, do artigo 35.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro”. -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.15. -----

20

Votação: Aprovado por Maioria, com 38 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 09 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL). -----

25 **4.16. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Nomeação do Revisor Oficial de Contas, Dr. Sebastião António Pires Carriço da Sociedade Sebastião & Associados, SROC, Lda., como auditor externo do Município e das AGEM”.** -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.16. -----

30 **Votação: Aprovado por Maioria, com 37 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE e 02 da CDU) e 10 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH, 01 do PAN e 01 da IL).** -----

35 **4.17. da Ordem de Trabalhos “Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de execução do Plano de Prevenção de Riscos relativo ao ano 2024”.** -----

5 **A Assembleia Municipal tomou conhecimento da** “Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de execução do Plano de Prevenção de Riscos relativo ao ano 2024”.

10 **4.18. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Concurso Público sem publicitação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para Aquisição de Serviços de receção de resíduos de construção e demolição para o Município de Vila Nova de Gaia – Autorização para Assunção dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos:

Rubrica 2005 | A | 101 – Aquisição de serviços de deposição de resíduos inertes

- Ano 2025 - € 50.000,00 (cinquenta mil euros) + IVA;
- 15 • Ano 2026 - € 50.000,00 (cinquenta mil euros) + IVA;
- Ano 2027 - € 30.000,00 (trinta mil euros) + IVA;
- Ano 2028 - € 20.000,00 (vinte mil euros) + IVA.

Total – € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros) + IVA”.

20 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.18.**

Votação: Aprovado por Unanimidade.

25 **4.19. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Concurso Público com Publicidade Internacional para Aquisição de leite escolar e sua distribuição em regime de fornecimento contínuo, nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo de Ensino Básico públicos do Município de Vila Nova de Gaia – Autorização para Adoção dos Encargos para os anos seguintes, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos:

30 Valor Base do Procedimento - € 1.190.000,00 (um milhão cento e noventa mil euros) + IVA a 6% perfazendo um total de € 1.261.400,00 (um milhão, duzentos e sessenta e um mil e quatrocentos euros).

Preço base/lote

Lote 1 – Leite meio gordo UHT simples e achocolatado - € 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil euros).

Lote 2 – Leite simples e achocolatado sem lactose e bebida vegetal de soja - € 140.000,00 (cento e quarenta mil euros).

35 Rubrica 2022 | A | 22 – Complementos Alimentares

5 **Lote 1 – Leite meio gordo UHT simples e achocolatado -----**

- Ano 2025 - € 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil euros) + IVA; -----
- Ano 2026 - € 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil euros) + IVA; -----
- Ano 2027 - € 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil euros) + IVA. -----

Lote 2 – Leite simples e achocolatado sem lactose e bebida vegetal de soja -----

- 10
- Ano 2025 – € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros) + IVA; -----
 - Ano 2026 - € 70.000,00 (setenta mil euros) + IVA; -----
 - Ano 2027 - € 45.000,00 (quarenta e cinco mil euros) + IVA”. -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.19.** -----

15 **Votação: Aprovado por Unanimidade. -----**

4.20. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: -----

20 • Postura Municipal de Trânsito na Rua Luís de Camões, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; -----

• Postura Municipal de Trânsito na Rua Padre Tomás de Aquino Silveiras, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo; -----

• Postura Municipal de Trânsito na Rua Professor César Augusto Ribeiro Morais, Freguesia de Canelas; ---

25 • Postura Municipal de Trânsito na Rua Vinte e Cinco de Abril, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso; -----

• Postura Municipal de Trânsito na Rua das Pedras da Maré, Freguesia de São Félix da Marinha; -----

• Postura Municipal de Trânsito na Rua de Painçais, União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma; -----

30 • Postura Municipal de Trânsito na Rua dos Polacos, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada”. -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.20.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

5 **4.21. da Ordem de Trabalhos. Apreciação da Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município.**-----

Foi Apreciada a “Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município”, referente ao Ponto 4.21. da Ordem de Trabalhos -----

10

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade**, conforme documento em anexo (**vide anexo 6**). -----

15

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram 23 horas e 49 minutos do dia vinte e quatro de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

20

A Primeira Secretária

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

25

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)